



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Contrato PGE-RJ nº 26/2017.

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E DE SUPORTE TÉCNICO DO SISTEMA DE GESTÃO DE MARGEM CONSIGNÁVEL COM DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO E A SOCIEDADE EMPRESÁRIA QUANTUM WEB TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.**

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO neste ato pela PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, com sede na Rua do Carmo, 27, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrito no CNPJ sob o nº. 28.060.424/0001-60, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Estado, Dr. Leonardo Espíndola e a sociedade empresária **QUANTUM WEB TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, situada na Rua dos Timbiras, nº 1754, sala 1401, Bairro Lourdes, Belo Horizonte, MG, CEP 30.140-061, e inscrita no CNPJ sob o nº [REDACTED] daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por Edson Pedro Marques dos Santos, Sócio Administrador, portador da carteira de identidade nº MG-[REDACTED] SSP-MG, e inscrito no CPF sob o nº [REDACTED] resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, A TÍTULO GRATUITO, DE INSTALAÇÃO E DE SUPORTE TÉCNICO DO SISTEMA DE GESTÃO DE MARGEM CONSIGNÁVEL COM DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO**, com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, tendo em vista o contido no processo administrativo nº E-14/001.023002/2017, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto:

a) a prestação de serviços, a título gratuito, de instalação, suporte técnico operacional e treinamento do sistema de Gestão de Margem Consignável com Desconto em Folha de Pagamento, denominado **SERVER CONSIGNADO**, cuja descrição técnica segue detalhadamente no anexo único ao presente instrumento; e

b) a cessão gratuita do sistema de Gestão de Margem Consignável com Desconto em Folha de Pagamento, denominado **SERVER CONSIGNADO**, para a **CONTRATANTE**, com vistas à modernização e controle das rotinas empregadas na sistemática de consignação em folha de pagamento de descontos das entidades conveniadas com o Estado do Rio de Janeiro, doravante



denominadas **CONSIGNATÁRIAS**, objetivando o controle operacional e gerencial efetivo e automático das operações de consignações em folha de pagamento.

### **CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

O prazo de vigência do contrato será de **48 (quarenta e oito) meses**, contados a partir da data indicada no Memorando de Início os Serviços a ser emitido pela **CONTRATANTE**, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data indicada no Memorando de Início os Serviços.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- b) exercer a fiscalização do contrato;
- c) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no contrato;
- d) operar, em modo usuário, o sistema **SERVER CONSIGNADO** dentro das funcionalidades pertinentes à gestão do **CONTRATANTE**;
- e) manter atualizados os dados cadastrais do sistema **SERVER CONSIGNADO**, englobando **CONSIGNATÁRIAS**, usuários, respectivos perfis de acesso e margens consignáveis;
- f) executar rotinas periódicas de integração entre o sistema **SERVER CONSIGNADO** e o Sistema de Folha de Pagamento, compreendendo: disponibilizar e importar cadastro de margens, exportar movimento financeiro, disponibilizar e importar retorno da integração com a Folha de Pagamento, conforme detalhado no Anexo Único deste contrato;
- g) disponibilizar, dentro do prazo previsto para a implantação do sistema **SERVER CONSIGNADO**, todas as informações necessárias, tais como, cadastro de **CONSIGNATÁRIAS** com respectivos códigos de verbas de desconto, cadastro de órgãos/secretarias, cadastro de matrículas e margens de servidores e cadastro de contratos existentes para importação para o sistema **SERVER CONSIGNADO**, conforme detalhado no anexo único deste contrato;
- h) garantir que a utilização do sistema, pelos seus servidores ou prepostos, esteja de acordo com as especificações técnicas contidas no anexo único deste contrato, e de acordo com as leis vigentes, inclusive aquelas de propriedade intelectual, cuja inobservância acarretará a resolução de pleno direito do presente contrato;
- i) designar a comissão de fiscalização, responsável pelo acompanhamento do presente contrato, na forma da cláusula sexta;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A **CONTRATANTE** não poderá, em hipótese alguma, ceder, emprestar ou dar em comodato, no todo ou em parte, o direito de uso do sistema **SERVER CONSIGNADO**.

2





**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A CONTRATANTE reconhece que todos os programas, códigos fontes, programas objeto, manuais, marcas, logomarcas ou logotipos disponibilizados pela CONTRATADA para a execução exclusiva deste contrato são de propriedade desta última ou por ela devidamente licenciados, respondendo diretamente pelo seu uso indevido ou não autorizado nos termos do presente instrumento.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do Documento de Especificação, Anexo Único deste instrumento, e da legislação vigente;
- b) prestar os serviços de sustentação, hospedagem, operação e suporte técnico para as questões operacionais relativas ao sistema SERVER CONSIGNADO, via telefone ou e-mail, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 (horário de Brasília), excetuando-se feriados;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do Documento de Especificação (Anexo Único), deste instrumento e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar preposto que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- j) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista previstas nos artigos 28 e 29 da Lei nº 8.666/93.
- k) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros.
- l) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;



- m) realizar a instalação, o treinamento de usuários e o versionamento do sistema SERVER CONSIGNADO;
- n) definir, conjuntamente com o CONTRATANTE, regras e procedimentos relativos à segurança do sistema SERVER CONSIGNADO para transmissão de dados via rede Internet;
- o) designar um responsável pelo presente contrato;
- p) informar ao CONTRATANTE, com antecedência, eventual manutenção do sistema SERVER CONSIGNADO, pessoalmente ou no sítio da internet onde o sistema está hospedado;
- q) implementar sugestões e solicitações de alteração do sistema SERVER CONSIGNADO, visando atender as exigências de segurança, confiabilidade e agilidade pretendidas pelo CONTRATANTE;
- r) responsabilizar-se pelos bens necessários ao uso e funcionamento do sistema SERVER CONSIGNADO, conforme especificações técnicas contidas no anexo único deste instrumento, bem como pelos custos e despesas relativas à instalação e manutenção do referido sistema;
- o) manter o sistema em modo operacional durante 24 horas por dia, 7 dias na semana, 365 dias por ano (24x7x365).

#### **CLÁUSULA QUINTA: DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**

As partes obrigam-se a manter sigilo sobre toda informação ou documentação de caráter confidencial ao qual tiverem acesso, voluntária ou involuntariamente, podendo utilizá-las somente para as atividades objeto do presente contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Todas as informações e materiais fornecidos pelas partes referentes, direta ou indiretamente, ao objeto deste contrato deverão ser tratadas com o mais absoluto sigilo e a mais rigorosa confidencialidade, de modo a evitar, por qualquer forma, o seu conhecimento por parte de terceiros, seja durante a vigência contratual ou mesmo após seu término.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Caso quaisquer das partes seja obrigada a divulgar quaisquer informações confidenciais por exigência legal ou por requerimento feito por Autoridade Governamental, deverá informar prontamente à parte proprietária da informação e cooperar, caso solicitado, para evitar a sua divulgação e obter as medidas jurídicas cabíveis necessárias à proteção da informação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Na manutenção do sigilo acerca das informações a que tiverem acesso, as partes devem abster-se de copiar, reproduzir, vender, ceder, licenciar, comercializar, alienar, transferir ou dispor de toda e qualquer operação, dados, materiais, desenhos, fotografias, gráficos, projetos, plantas, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações e aperfeiçoamento tecnológico ou comercial das partes, de clientes ou de terceiros, inclusive quaisquer programas, rotinas, arquivos relativos à organização interna das partes, dados de cadastro e de transações econômico-financeiras e bancárias de terceiros, métodos de trabalho desenvolvidos ou utilizados em decorrência deste contrato, estratégias e metodologias de negócios das partes ou de terceiros a que tenham acesso na execução do presente contrato.





**PARÁGRAFO QUARTO** - Quaisquer das partes que violar o dever de sigilo previsto nesta cláusula responderá por perdas e danos, sem prejuízo da incidência de outras penalidades previstas em lei ou no presente contrato.

**CLÁUSULA SEXTA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do Documento de Especificação (Anexo Único) e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão constituída por membros designados pela Resolução PGE nº 4.075 de 16 de maio de 2017.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O objeto do contrato será recebido, da seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a entrega do serviço;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE**

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa



responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no PARÁGRAFO SEGUNDO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**PARÁGRAFO QUINTO** – No caso do parágrafo quarto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.





**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá:

- a) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo do valor dos serviços não-executados e;
- b) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Em caso de rescisão, a **CONTRATADA** obriga-se a repassar todos os dados e informações relativos às operações ou serviços das **CONSIGNATÁRIAS** registradas no sistema **SERVER CONSIGNADO** no prazo de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **CONTRATANTE**, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:



a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;

b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral ou pelos Subprocuradores Gerais, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do Procurador-Geral do Estado.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida nos parágrafos segundo e terceiro da cláusula sétima, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput*:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput*, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade





que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A reabilitação referida pelo parágrafo sétimo poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO NONO** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Se o valor das multas previstas na alínea b, do *caput*, e no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput*, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer



Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do *caput*, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação jurídica e regularidade fiscal previstas nos artigos 28 e 29 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.





#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em 10 de Agosto de 2017.

*Leonardo Espíndola*  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

Leonardo Espíndola  
Procurador-Geral do Estado

*Edson Pedro Marques dos Santos*  
**QUANTUM WEB TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**

Edson Pedro Marques dos Santos  
Sócio Administrador

Serviço Notarial do 10º Ofício  
Belo Horizonte - MG

Testemunhas:

1) Nome: *Juliana Pimenta*  
CPF: 059.888.736-93  
QUANTUM WEB T.I

2) Nome: *Sebastião de Carvalho Barros*  
Assessoria de Licitações e Contratos  
CPF: 670 536 807 00 Mat. 892775-8

CARTÓRIO OLIVEIRA - SERVIÇO NOTARIAL DO 10º OFÍCIO - BH - MG  
RUA DOS GUAJARAS, 637 - CEP 30180-100 - BELO HORIZONTE - MG - TELEFAX: (31) 3222  
TABELÃO: BEL. ANTÔNIO DANIEL DE OLIVEIRA

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:  
(CIN63658) EDSON PEDRO MARQUES DOS SANTOS  
Belo Horizonte, 10/08/2017 14:41:38 12288  
Em Testo. da verdade.

Thatiana Tamara Silva  
EMUL.: R\$4,80 T.F.J.: R\$1,49 Total: R\$6,29

"QUALQUER EMENDA OU RASCUNHO SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE"





## **ANEXO ÚNICO – DOCUMENTO DE ESPECIFICAÇÃO**

### **1. Apresentação:**

O sistema **Server Consignado** para gestão de margem consignável foi desenvolvido para possibilitar a solução em tempo real de controle e automatização, via internet, do desconto facultativo em folha de pagamento e da margem consignável dos funcionários, no momento da tomada de empréstimo, junto às instituições financeiras, com eficiência, rapidez e segurança.

Este permite que os contratos captados sejam validados e registrados no momento exato em que acontecem, pois, a partir da inclusão desses contratos, o sistema assume total controle dos descontos facultativos, que interferem na margem disponível, desonerando completamente o departamento de recursos humanos de tais funções.

A atualização on-line da margem disponível contempla todas as operações facultativas realizadas pelo funcionário, garantido assim, que todos os descontos tenham margem suficiente.

### **2. Funcionalidades Operacionais:**

#### **2.1. Gera todos os descontos pertinentes ao mês de competência para a folha de pagamento, automaticamente:**

⇒ Uma vez cadastrado o contrato, não será mais necessário o envio desta informação pelas instituições financeiras para desconto mensal na folha de pagamento.

#### **2.2. Permite operações de reserva de margem sem necessidade de funcionários previamente cadastrados:**

⇒ Caso o funcionário não esteja cadastrado no sistema, é possível mesmo assim realizar a reserva de sua margem. O sistema enviará uma solicitação de reserva para entidade que será responsável por realizar a aprovação da reserva, também através do sistema.

#### **2.3. Parametrização dos tipos de descontos e forma de desconto em folha:**

⇒ Possibilita enviar os descontos à folha de pagamento priorizando os lançamentos conforme a legislação, inclusive com o critério de antiguidade. A forma de envio poderá ser por remessa (onde as parcelas são enviadas automaticamente todos os meses) ou por carteira (onde o contrato é enviado somente uma vez e suas parcelas são descontadas mensalmente).

#### **2.4. Permite reservas de margem para diversos tipos de produtos (empréstimo, cartão, imobiliário, etc.):**

⇒ Uma vez acordado com a consignante, as instituições financeiras poderão consultar as margens e realizar reservas de diferentes tipos de produtos como cartão de crédito, imobiliário, etc.

#### **2.5. Permite que as instituições financeiras tenham acesso à sua produção, bem como a sua respectiva carteira:**





- ⇒ As instituições financeiras poderão consultar e acompanhar os seus contratos, bem como realizar download de arquivos com os dados necessários para conciliação e comissionamento.

**2.6. Não permite empréstimo concedido sem margem disponível, entretanto, caso necessário, permite controlar determinadas exceções:**

- ⇒ É necessário que o funcionário tenha margem disponível para que o sistema permita a reserva desta margem, entretanto, caso haja uma exceção, é possível com a anuência de um responsável, ampliar a margem do funcionário para este fim.

**2.7. Permite tratamento diferenciado entre funcionários de acordo com a sua forma de contratação:**

- ⇒ A instituição financeira pode efetuar um empréstimo ou não, de acordo com a forma de contratação de um funcionário. Isto amplia e gera maior conforto nos negócios.

**2.8. Refinanciamento de contrato:**

- ⇒ O sistema permite efetuar um novo contrato liquidando um contrato existente. Assim, soma-se a margem disponível, a margem que foi liberada e a liquidação do contrato existente. Parte da movimentação financeira do novo contrato é utilizada para abater o saldo devedor e o restante liberado para o funcionário.

**2.9. Renegociação de contrato.**

- ⇒ Alteração do prazo e/ou valor da parcela de um contrato;

**2.10. Portabilidade de contrato**

- ⇒ Alteração do credor, prazo e valor da parcela. Uma instituição financeira pode comprar a dívida de um funcionário que possui o contrato em outra instituição;

**2.11. Consulta do histórico e margem disponível do funcionário em tempo real:**

- ⇒ Os contratos liquidados e suas respectivas parcelas estão disponíveis para consulta a qualquer momento.

**2.12. Permitem números ilimitados de usuários, instituições financeiras, funcionários, contratos, funcionário X contratos X instituições financeiras, transações por dia:**

- ⇒ Atende todos os tamanhos de entidades empregadoras, sejam elas pequenas, médias ou grandes.

**2.13. Permite envio de mensagens pela entidade:**

- ⇒ Na pagina inicial do sistema serão mostrados avisos, eventos e mensagens que a consignante desejar enviar para as instituições.

**2.14. Estrutura para calcular a margem consignável a partir dos dados da folha de pagamento:**



- ⇒ Caso a entidade empregadora prefira, a margem consignável será calculada pelo sistema através dos dados da folha de pagamento.

**2.15. Permitir o bloqueio do funcionário para novas consignações:**

- ⇒ A entidade empregadora pode bloquear, por quanto tempo quiser a aquisição de novos descontos por um determinado funcionário.

**2.16. Permitir bloqueio das instituições financeiras:**

- ⇒ A entidade empregadora pode bloquear, por quanto tempo quiser a aquisição de novos descontos de uma determinada instituição financeira.

**2.17. Permite atualização em massa de valores dos contratos:**

- ⇒ A partir de arquivo externo ou de percentual informado, o sistema atualiza os valores dos contratos que possuem determinada verba.

**3. Benefícios para as Instituições Financeiras:**

- 3.1. Diminuição de consulta e exceções junto à Entidade Empregadora;
- 3.2. Elimina a necessidade de envio de informação mensalmente do banco à entidade empregadora;
- 3.3. Garante a integridade e sigilo no tramite das informações;
- 3.4. Reduz o risco da averbação;
- 3.5. Redução no prazo de fechamento da operação;
- 3.6. Registro do contrato diretamente no sistema com atualização em tempo real da margem consignável;
- 3.7. Facilidade na conciliação, inclusive permitindo ações sobre pré-vencidos;
- 3.8. Informações gerenciais: produção e projeção;

**4. Benefícios para a Entidade Empregadora:**

- 4.1. Automatização no gerenciamento de margens consignáveis;
- 4.2. Automatização nos processos de descontos junto à folha de pagamento;
- 4.3. Elimina autorização prévia para contratação de descontos;
- 4.4. Diminuição de consultas dos funcionários e controle de exceções junto ao departamento de RH;
- 4.5. O convênio é determinado a qualquer hora, facilitando a entrada de novos convênios e saída de outros;
- 4.6. Descentralizações das informações de consignação do empregador passam a ser disponibilizadas para a consignatária através do sistema;
- 4.7. Acompanhamento das taxas praticadas;





4.8. Segurança nas operações realizadas;

**5. Benefícios para os Funcionários:**

- 5.1. Contratação do empréstimo diretamente com a consignatária, sem intervenção da entidade empregadora;
- 5.2. Segurança nas operações realizadas;
- 5.3. Maior transparência e comodidade para novas operações;
- 5.4. Redução no prazo de liberação financeira;

**6. Segurança:**

- 6.1. Permite a criação de vários perfis em vários níveis:
  - Por meio dos perfis de acesso os usuários só visualizarão as funções as quais eles têm acesso.
- 6.2. O sistema utiliza o recurso de autenticação de usuários centralizada:
  - Os usuários possuem apenas uma senha de acesso que é utilizada para acessar o sistema, independente do local em que ele esteja.
- 6.3. Prevenção contra fraude:
  - Cada usuário é único no sistema a partir do momento em que ele o acessa. Não é possível o mesmo usuário acessar o sistema de dois ou mais locais diferentes.
- 6.4. Criptografia de senhas:
  - Todas as senhas são gravadas de forma criptografada. Sempre que for necessário o usuário poderá alterar a sua senha de acesso ou solicitar uma nova senha.

**7. Integração / Plataforma:**

A plataforma em que foi projetado o sistema Server Consignado utiliza a internet como meio de comunicação entre os usuários e as informações contidas nele. Todas as informações são centralizadas em um único repositório de dados.

Além disso, é possível ainda a integração com outros sistemas, como folha de pagamento, cadastro de funcionários, etc. facilitando consideravelmente o fluxo dos dados entre aplicações.

**8. Fluxo de Dados:**

- 8.1. Após a fase de configuração e instalação da infraestrutura e equipamentos, a Quantum Web envia para a entidade empregadora o layout dos arquivos necessários para a carga inicial do sistema (funcionários, margens, hierarquia de



órgãos e sub-órgãos da entidade, consignatárias ou instituições financeiras conveniadas, parâmetros do sistema)

- 8.2. A entidade empregadora providencia os dados no layout definido e envia para a Quantum Web.
- 8.3. Os arquivos são processados e a carga inicial dos dados é realizada, liberando assim o início das operações.
- 8.4. Mensalmente, em uma data definida entre as partes, a Quantum Web enviará as solicitações de descontos na folha de pagamento de cada funcionário, conforme os contratos realizados no período.
- 8.5. A entidade empregadora processa a folha de pagamento, descontando as parcelas dos empréstimos realizados.
- 8.6. A entidade empregadora envia para a Quantum Web o arquivo de retorno com todas as baixas realizadas, bem como todos os cadastros de funcionários e suas respectivas margens calculadas.
- 8.7. A Quantum Web processa as baixas das parcelas de empréstimo realizadas e atualiza a margem consignada de cada funcionário, liberando o acesso das instituições financeiras para realização de novos contratos.
- 8.8. O ciclo se repete a cada período a partir do item 8.4.